

Curso: Análise Ex-Ante de políticas públicas: uma abordagem prática

Docente: Leandro Freitas Couto

Período: 03 a 14 de junho de 2019.

Horário: das 8h30 às 12h30

Carga Horária: 30 horas – 24h presenciais e 6h não presenciais



CURSO ANÁLISE EX ANTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*Avaliação Ex Ante - plano de
monitoramento e avaliação*

AULA 6 – PASSO A PASSO

1. Localizamos a política no macroproblema
2. Identificamos o problema central da política
3. Identificamos as causas e consequências do problema
4. Identificamos de compromissos internacionais e Justificativa para a ação do estado.
5. Definição público-alvo e beneficiários
6. Avaliamos as ações propostas pela política
7. Mapeamento dos atores
8. Análise de consistência do Modelo lógico
9. Gestão de risco
10. Perspectiva orçamentária
11. Estratégias de Construção de confiança
12. Regionalização
13. **Plano de monitoramento e Avaliação**

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Monitoramento envolve exame contínuo de processos, produtos, resultados, impactos das ações realizadas;

Informações simples e imediata sobre a operação e os efeitos da política

Avaliação envolve julgamento, atribuição de valor e mensuração da política em relação ao seu objetivo.

Requer um referencial.

Informações mais detalhadas, aprofundadas;

Busca apresentar explicações mais detalhadas sobre os motivos de sucesso ou insucesso do programa

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Devem ser entendimentos como parte intrínseca da implementação do programa
- “São **funções de gestão** que ajudam a **fortalecer o planejamento** dos programas e melhorar a efetividade das ações”.
- Oportunidade de aprendizagem sobre a implementação
- Dificuldades:
 - limitação das equipes organizacionais
 - Sistemas independentes de monitoramento
 - Processo de avaliações centralizadas ainda não consolidado

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Planos de monitoramento e avaliação construídos junto com a política:
- Exemplo:
 - Política de regulação da produção, distribuição e consumo de Cannabis no Uruguai.
 - Preocupação com os efeitos sobre a região de fronteira gerou um plano de monitoramento para coleta de dados e análises necessárias à produção de um documento de avaliação ao final de um período de 04 anos.
 - Plano de monitoramento dividido em dois eixos: Economia e segurança pública (IPEA); saúde pública e práticas de consumo de drogas (UFPEL)

EXEMPLO: OBJETIVOS

- Monitorar a percepção social da população residente na zona de fronteira, em temas relativos à segurança e políticas sobre drogas, bem como as taxas de vitimização em delitos de drogas e conexos.
- Avaliar a percepção dos agentes de segurança e dos atores que compõem o sistema de justiça criminal na zona de fronteira, em temas relativos à segurança e políticas sobre drogas.
- Avaliar os efeitos da nova política uruguaia de regulação do mercado de *cannabis* sobre os níveis de criminalidade na zona de fronteira, em delitos de drogas e conexos.
- Avaliar os efeitos da nova política uruguaia de regulação do mercado de *cannabis* sobre o mercado ilícito de drogas na zona de fronteira.

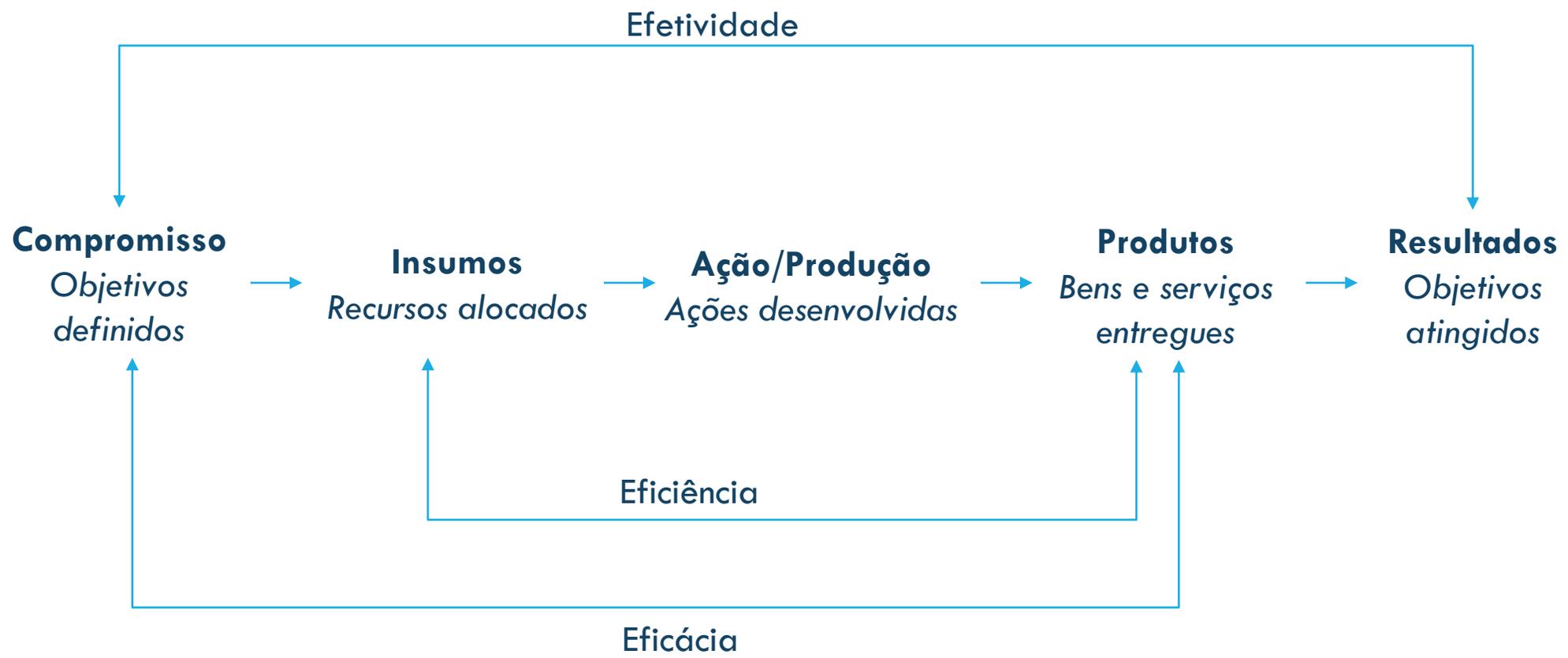
SISTEMA MONITORAMENTO

1. Indicadores de natureza econômico-financeira, social, ambiental;
2. Gestão do fluxo de informação (insumo, processo, produto, resultado e impacto)
3. Avaliação de desenvolvimento (economicidade, eficiência, eficácia e efetividade)

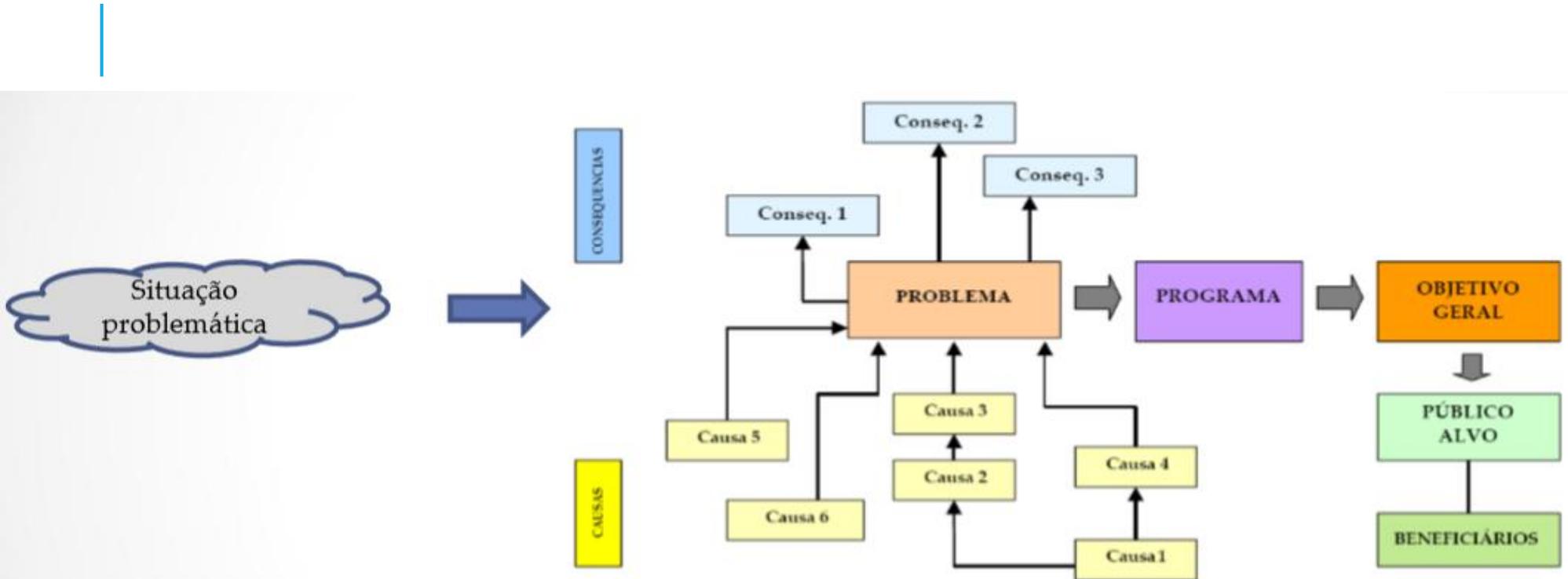
ELEMENTOS MONITORAMENTO

1. Execução física: Produtos – Aula 1
2. Execução financeiro/orçamentária – Aula 1
3. Focalização da política – os beneficiários estão dentro do público-alvo definido? Aula 2
4. Evolução das metas nos compromissos internacionais – Aula 2
5. **Evolução dos indicadores relacionados aos resultados da política* - Aula 3 e 4**
6. Fatores de contexto que fortalecem ou prejudicam a implementação do programa – Aula 4
7. Vulnerabilidade/risco – Aula 4
8. Confiança e Suporte público, comprometimento político e envolvimento dos atores – Aula 5
9. Cenários prospectivos – Aula 1 (módulos complementares)

AULA 1 - DIAGRAMA



AULA 2- ÁRVORE DE PROBLEMAS



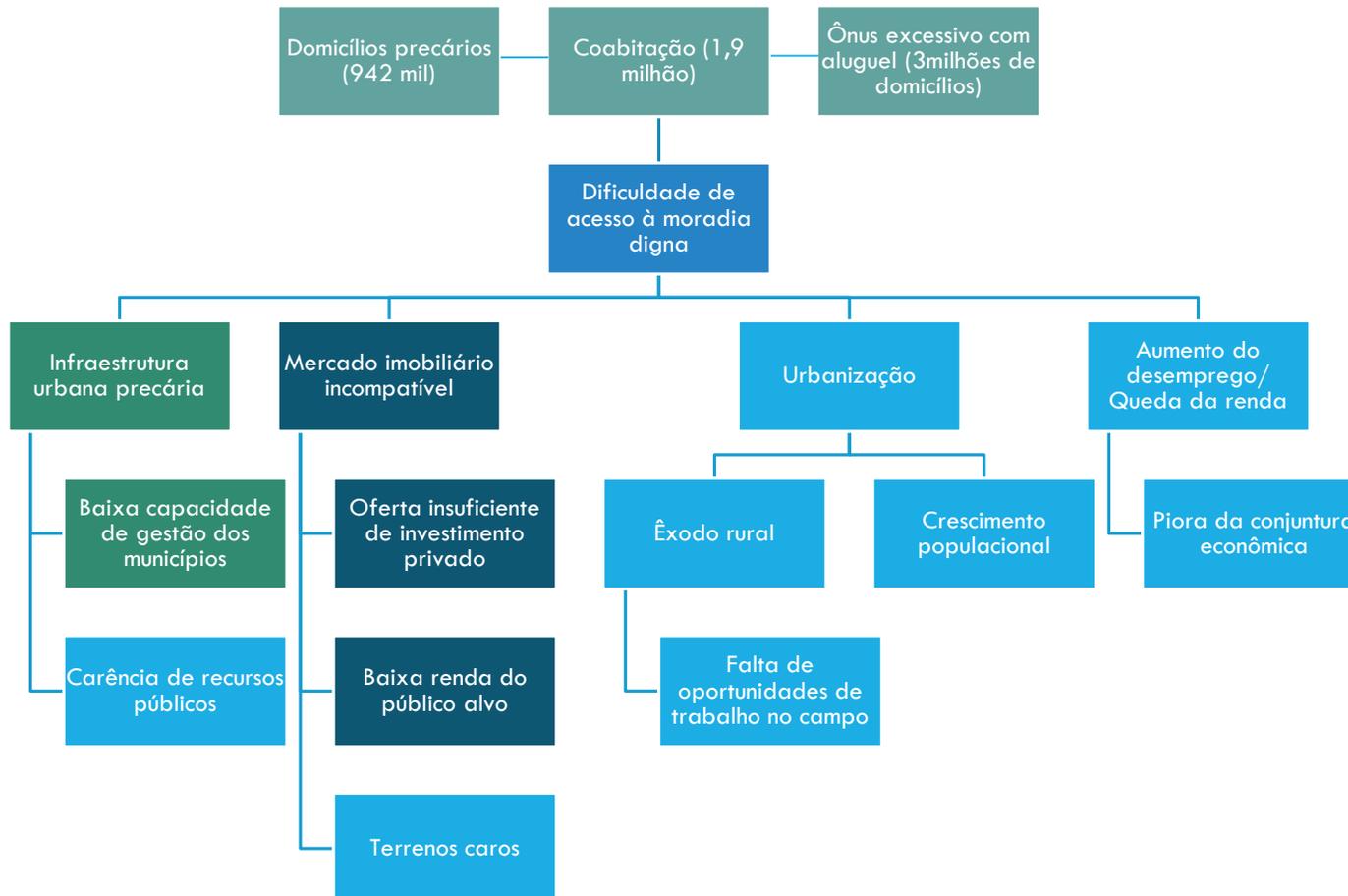
AULA 2 - REFERÊNCIAS COMPARATIVAS

- Comparação internacional com relação ao problema
- Compromissos internacionais – ODS
- Razões para que o problema seja alvo da intervenção do Estado
 - Constitucional e Normativas
 - Econômica

AULA 3 – QUADRO GERAL DA POLÍTICA



AULA 4 – ÁRVORE DE PROBLEMA



AULA 4 - CAUSAS CRÍTICAS, AÇÕES, PRODUTOS, RESULTADO INTERMEDIÁRIO E RESULTADO FINAL



AULA 4 – SEGUNDO TEMPO

Aposta: se forem utilizando X recursos financeiros para garantir reforço alimentar adequado aos participantes, serão ampliados o interesse e a permanência de crianças e adolescentes no programa.

A menos que:

Os recursos não seja suficientes para garantir uma alimentação adequada

Probabilidade	Impacto	Vulnerabilidade
Alta	Alto	Sim

Ações:

Buscar parcerias com o MDS e outros possíveis parceiros

Complementar recursos por meio do Núcleo Parceiro

Utilizar as instalações públicas disponíveis nas escolas

Executar convênios, prioritariamente, com quem possuir infraestrutura adequada para preparar o reforço alimentar

AULA 5 – AVALIANDO CONFIANÇA E SUPORTE

Envolvimento dos interessados	Nota
Insuficiente	A maioria das partes interessadas se opõe.
Razoável	Apoio tímido de algumas das partes interessadas.
Bom	Apoio concreto da maioria das partes interessadas.
Ótimo	Apoio concreto das mais relevantes partes interessadas.

Ficha de acompanhamento

Data	Compromisso público	Envolvimento dos interessados	Compromisso político

MONITORAMENTO

1. Envolve capacidade de agir para correção de rumos. #observatório / #acompanhamento
2. Interno, colaborativo ou hierárquico
3. Integrado ou segmentado
4. Flexibilidade para se adequar à política e ao destinatário da informação
5. Pessoas!

PLANO DE MONITORAMENTO EM MÓDULOS:

Módulos componentes do monitoramento estratégico de políticas públicas



MONITORAMENTO

1. Quem é o destinatário da informação?
 1. Equipe de gestão da política
 2. Tomadores de decisão
 3. Sociedade Civil
 4. Congresso Nacional
 5. Organismos internacionais
 6. Núcleo de Governo

MONITORAMENTO INTEGRADO / SISTÊMICO

1. Informações uteis a várias unidades organizacionais/programas distintos
2. Colaboração com entes federados na alimentação dos registros
3. Análise de consistências dos dados
4. Ferramentas de TI e BI
5. Processos Estruturados
6. Pessoas!

LEI 10180/2001

Art. 7º Compete às unidades responsáveis pelas atividades de planejamento:

I - elaborar e supervisionar a execução de planos e programas nacionais e setoriais de desenvolvimento econômico e social;

II - coordenar a elaboração dos projetos de lei do plano plurianual e o item, metas e prioridades da Administração Pública Federal, integrantes do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, bem como de suas alterações, compatibilizando as propostas de todos os Poderes, órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal com os objetivos governamentais e os recursos disponíveis;

III - acompanhar física e financeiramente os planos e programas referidos nos incisos I e II deste artigo, bem como avaliá-los, quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos públicos, a política de gastos e a coordenação das ações do governo;

IV - assegurar que as unidades administrativas responsáveis pela execução dos programas, projetos e atividades da Administração Pública Federal mantenham rotinas de acompanhamento e avaliação da sua programação;

V - manter sistema de informações relacionados a indicadores econômicos e sociais, assim como mecanismos para desenvolver previsões e informação estratégica sobre tendências e mudanças no âmbito nacional e internacional;

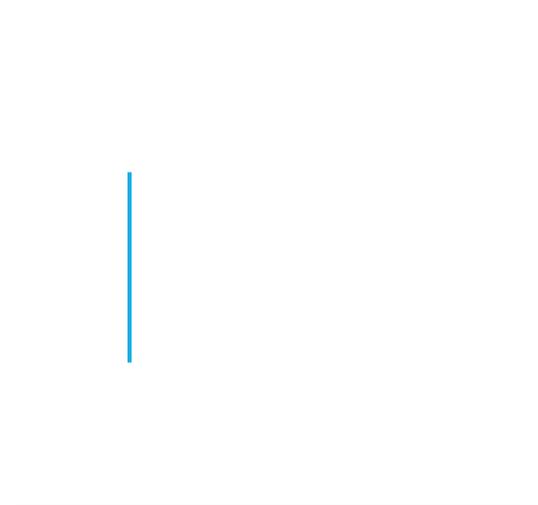
VI - identificar, analisar e avaliar os investimentos estratégicos do Governo, suas fontes de financiamento e sua articulação com os investimentos privados, bem como prestar o apoio gerencial e institucional à sua implementação;

VII - realizar estudos e pesquisas sócio-econômicas e análises de políticas públicas;

VIII - estabelecer políticas e diretrizes gerais para a atuação das empresas estatais.

AVALIAÇÃO:

- 1) Avaliação do desenho da política – teoria do programa
- 2) Avaliação de implementação ou processo
- 3) Avaliação de focalização
- 4) Avaliação de resultado
- 5) Avaliação de impacto
- 6) Avaliação econômica – custo/benefício e Custo/efetividade



PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

- 1) Quem vai receber a informações do monitoramento?
- 2) Quais “módulos” de informações?
- 3) Em quais momentos serão realizadas avaliações?
- 4) Quem participa do monitoramento e avaliação? (o que agrega para quem faz? Ou é só prestação de contas?)
- 5) Monitoramento pode ajudar na construção de confiança e suporte?